**Curso**: Ciências Sociais / 2014.1 (aberta aos demais estudantes da Universidade)

**Caráter**: Eletiva / **Carga Horária**: 80 horas (04 créditos)

**Nome**: Tópicos Especiais: Direitos Humanos / **Datas:** Quarta-Feira / noturno

**Responsável:** Prof. Vinicius Valentin Raduan Miguel

**Contato:** e-mail será disponibilizado em sala de aula.

­­

**Curso / Objetivos e Justificativa**

O curso apresenta-se enquanto oportunidade de visitação de temáticas clássicas e paradigmas contemporâneos do amplo espectro do que se convencionou como o discurso de Direitos Humanos, partindo-se de uma análise simultaneamente político-jurídica e sociológico-econômica. Tendo por objetivos examinar a história e conceitos dos referidos Direitos, identificar suas características e diagnosticar problemáticas, além de apreciar a sua formatação enquanto prática política e legislativa no Brasil e na Amazônia.

**Método de Ensino**

O curso compreenderá aulas expositivas, dialógicas e dialogadas. Espera-se a leitura prévia das indicações para a efetiva participação e a otimização da aprendizagem.

**Métodos Avaliativos**

Média ponderada entre duas atividades:

1. Apresentação de resenha sobre as seguintes obras:
	1. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. – “Introdução” e “Primeira Parte”;
	2. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. – Capítulos “III, IV e Conclusão”.
2. Avaliação escrita, dissertativa, em data a ser agendada.

**Ementa / Conteúdo / Programa:**

Pressupostos teórico-conceituais e a história dos Direitos Humanos

Autores nacionais e o debate brasileiro

Documentos Internacionais

Legislação & Política Nacional de Direitos Humanos

**Programa, indicações temáticas e referências:**

**Unidade I: Pressupostos teórico-conceituais e a história dos Direitos Humanos**

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 01 | Apresentação. Conceitos preliminares. Sujeitos e atores. |
| Aula 02 | FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.  |
| Aula 03 | LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. – Parte 02, “IV” e “V”.HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. – Capítulo 01 e 02 |
| Aula 04 | Debate do texto CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 e entrega de resenhas. |

**Unidade II: Autores nacionais e o debate brasileiro**

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 05 | Contribuições da interface Ciência Política & DireitoKOERNER, Andrei. Ordem Política e Sujeito de Direito em teorias dos direitos humanos: análise do debate dos anos noventa. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 57, p. 87-112, 2002.KOERNER, Andrei. O Papel dos Direitos Humanos na Política Democrática: uma análise preliminar. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.53, p. 143-157, 2003. |
| Aula 06 | Direitos Humanos, Sistema Interamericano e DESCPIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Revista Internacional de Direitos Humanos - SUR, p. 21 - 49. Ano 1, Número 1, 1° semestre de 2004.PIOVESAN, Flávia. Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: impacto, desafios e perspectivas. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 01, p. 317-336, 2009. |
| Aula 07 | Direitos Humanos e Relações InternacionaisALVES, J. A. L. O contrário dos direitos humanos (explicitando Zizek). Revista Brasileira de PolíticaInternacional, Brasília, v. 45, n. 1, p. 92-116, jun. 2002.LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. Estud. av., São Paulo , v. 9, n. 25, Dec. 1995.  |
| Aula 08 | Direitos Sociais e a hierarquia (ou entrelaçamento normativo) de tratados internacionais de Direitos HumanosSARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico. Ano I, V. I, N. I, abril de 2001.SARLET, Ingo Wolfgang. Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos. Revista Espaço Jurídico. Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 325-344, jul./dez. 2011. |

**Unidade III: Documentos Internacionais**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| Aula 09 | Declaração Universal de Direitos Humanos / ONU |
| Aula 10 | Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos & de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais |
| Aula 11 | Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) |

**Unidade IV: Legislação & Política Nacional de Direitos Humanos**

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 12 | Legislação Nacional: Parte 01 |
| Aula 13 | Legislação Nacional: Parte 02 |
| Aula 14 | Rondônia no Sistema Interamericano de Direitos Humanos:Caso 11.556, Relatório nº 32/2004, "CORUMBIARA", Rondônia, Organização dos Estados Americanos (OEA). http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/Brasil%2011.556%20Corumbiara%20PUBL%20Port.pdfCaso 12.658, Relatório nº 81/2006, "URSO BRANCO", Rondônia, Organizaçãodos Estados Americanos (OEA). http://www.cidh.oas.org/annualrep/2006port/BRASIL.394.02port.htm#\_ftn1  |
| Aula 15 | Avaliação Final |
| Aula 16 | Devolutiva da avaliação, análise coletiva do curso e do processo de ensino-aprendizagem. Confraternização. |

**Legislação Nacional**

Lei Nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abusos de autoridade.

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Nº 9.455, de 07 de abril de 1997. Define crimes de tortura e outras providências.

LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

LEI No 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

Porto Velho, RO, março de 2014.

**Vinicius Valentin Raduan Miguel**

**Professor / Responsável**